

PROCESSO TCE N° 128.599

ENTIDADE: Câmara Municipal de Assis Brasil

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Assis Brasil, referente ao exercício de 2017.

RESPONSÁVEL: Gilda Almeida da Silva Damasceno

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéia Benício de Araújo

## ACÓRDÃO Nº 11.869/2020

### PLENÁRIO

**EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. CÂMARA MUNICIPAL. REGULARIDADE. ARTIGO 51, II, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 38/93.**

1. Constatada falhas formais que não representam prejuízo ou risco de dano patrimonial (ausência de registro contábil do saldo de almoxarifado no Balanço Patrimonial, bem como de depreciação do ativo imobilizado e ausência de esclarecimentos quanto aos valores recolhidos a título de contribuição previdenciária e fundo de garantia do tempo de serviço no exercício), embora ainda não tenha sido editada por esta Corte de Contas norma contendo a classificação de irregularidades e ressalvas, aplica-se o artigo 51, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.

2. Prestação de Contas julgada regular, com ressalva.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, na 1402ª Sessão Plenária Ordinária Virtual, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **1) JULGAR REGULAR, COM RESSALVAS**, a prestação de contas da **CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS BRASIL**, relativa ao exercício de 2017, de responsabilidade de sua então Presidente, **SRA. GILDA ALMEIDA DA SILVA DAMASCENO**, nos termos do artigo 51, inciso II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, valendo como ressalvas: **1.1)** ausência de registro contábil do saldo de almoxarifado no Balanço Patrimonial, bem como de depreciação do ativo imobilizado e **1.2)** ausência de esclarecimentos quanto aos valores recolhidos a título de contribuição previdenciária e fundo de garantia do tempo de serviço no exercício; **2) ENVIAR** cópia do apurado, após o trânsito em julgado, à PRESIDÊNCIA deste Tribunal de Contas, com a sugestão de realização de auditoria na folha de pagamento das Unidades sob jurisdição desta Corte, não só da Câmara

Processo TCE n.º 128.599 (Acórdão n. 11.869/2020/Plenário)

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

Municipal de Assis Brasil, especialmente quanto ao recolhimento da contribuição previdenciária e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, ou a modificação do Manual de Referência da Resolução-TCE n. 87/2013, com o acréscimo de demonstrativos acerca da regularidade dos recolhimentos já mencionados e **3) ARQUIVAR** o feito, após as formalidades de estilo.

Rio Branco - Acre, 14 de maio de 2020.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**  
Presidente do TCE/AC

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Fui presente:

**JOÃO IZIDRO DE MELO NETO**  
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSO TCE N° 128.599

ENTIDADE: Câmara Municipal de Assis Brasil

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Assis Brasil, referente ao exercício de 2017.

RESPONSÁVEL: Gilda Almeida da Silva Damasceno

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéia Benício de Araújo

### RELATÓRIO

1. Trata-se da PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS BRASIL, relativa ao exercício de 2017, de responsabilidade de sua então Presidente, a Vereadora **GILDA ALMEIDA DA SILVA DAMASCENO**<sup>1</sup>, em cumprimento ao previsto nos artigos 23, § 1º da Constituição Estadual e 2º, § 2º, I, *b*, da Resolução-TCE n. 87, de 28 de novembro de 2013<sup>2</sup>.
2. Após o registro, autuação e distribuição, em 24-04-2018, os autos foram remetidos à DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, que se manifestou por meio da 2ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO (fls. 112/128), considerando **IRREGULARES** as contas apresentadas pela CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS BRASIL<sup>3</sup>.
3. Em obediência ao previsto no artigo 57, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, bem como aos princípios do contraditório e da ampla defesa, foi determinada a citação da ex-Gestora, bem como do Responsável pela área de contabilidade, SR. OSÉIAS D'ÁVILA PAULA<sup>4</sup>, tendo ambos deixado o prazo transcorrer *in albis* (fl. 137).

<sup>1</sup> Presidente durante o biênio 2017/2018;

<sup>2</sup> Art. 2º Os responsáveis pelos poderes, órgãos/entidades mencionados no artigo anterior, deverão apresentar as respectivas Prestações de Contas, constituídas dos documentos especificados nos Anexos I a VIII desta Resolução, respeitando os seguintes prazos:

I – até 31 de março do ano subsequente ao exercício findo:

b) Presidentes das Câmaras Municipais;

Portaria/TCE n. 75/2018, que prorrogou o prazo para o dia 06-04-2018;

<sup>3</sup> Em razão de:

IRREGULARIDADES:

1. Ausência de registro contábil do saldo de almoxarifado no Balanço Patrimonial; NBC T 16.5 – Registro Contábil; (subitem 4.1.1);

2. Ausência de depreciação do ativo imobilizado; NBC T 16.9 c/c Resolução CFC nº 1.136/2008; (subitem 4.1.1);

3. Pagamento de subsídio dos vereadores em desacordo com o Decreto Legislativo Nº 006/2016; Decreto Legislativo Nº 006/2016; (subitem 5.6);

4. Ausência de inserção de todos os contratos celebrados em exercícios anteriores, porém, vigentes no exercício de 2017 no LICON – Portal de Licitações e Contratos; Resolução TCE/AC Nº 97/2015; (item 6);

5. Justificativa da discrepância nos recolhimentos de INSS do mês de julho e sobre o 13º salário nos valores de R\$ 11.916,66 e R\$ 3.025,57 respectivamente, em comparação com os demais meses, visto que a média mensal dos pagamentos é de R\$ 7.000,00; Art. 30, inciso I, alínea 'b'; (subitem 6.1);

6. Não comprovação do recolhimento do FGTS sobre o 13º salário; Art. 15 da Lei nº 8.036/1990; (subitem 6.1)..

<sup>4</sup> Realizada por meio do Diário Eletrônico de Contas n. 1143, de 18-07-2019;

Processo TCE n.º 128.599 (Acórdão n. 11.869/2020/Plenário)

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

4. Em análise conclusiva, a DAFO se manifestou às fls. 141/143 pela irregularidade das contas, consoante as falhas já apontadas no Relatório Preliminar.
5. Por fim, o MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, por meio de seu i. Procurador-Chefe Dr. João Izidro de Melo Neto, se pronunciou às fls. 148/150, pelo julgamento das contas como **IRREGULAR**, com fundamento no artigo 51, III, *b*, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, bem como pela condenação da ex-Gestora e do responsável pela área de contabilidade ao pagamento da multa prevista no artigo 89, II, do mencionado diploma legal.
6. É o Relatório.
7. Rio Branco, 14 de maio de 2020.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSO TCE N° 128.599

ENTIDADE: Câmara Municipal de Assis Brasil

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Assis Brasil, referente ao exercício de 2017.

RESPONSÁVEL: Gilda Almeida da Silva Damasceno

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéia Benício de Araújo

## VOTO

### **A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):**

1. Da análise da documentação encaminhada pela CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS BRASIL, constata-se que:

a) a **PRESTAÇÃO DE CONTAS** foi elaborada em consonância com a Lei Complementar n. 101/2000 e Lei n. 4.320/1964, tendo sido encaminhada **TEMPESTIVAMENTE** (artigo 2º, da Resolução-TCE n. 87/2013), e foram observados os itens previstos no Anexo V, da 4ª edição do Manual de Referência da mencionada Resolução;

b) o **ROL DE RESPONSÁVEIS** pelo Órgão foi devidamente encaminhado, conforme o previsto no artigo 8º da Resolução-TCE n. 87/2013<sup>5</sup>, ressaltando-se que houve a indicação do profissional da área de contabilidade, **SR. OSÉIAS D'ÁVILA PAULA**, responsável pela elaboração dos demonstrativos apresentados;

c) prosseguindo, pelo **ORÇAMENTO GERAL** do Município, foi estimado para o Poder Legislativo a receita de R\$ 678.000,00 (seiscentos e setenta e oito mil reais), consoante a Lei Municipal n. 482, de 28-12-2016<sup>6</sup>;

<sup>5</sup> Art. 8º Serão considerados responsáveis, para efeito desta Resolução, quando cabível:

I – o ordenador de despesas;

II – o dirigente máximo do poder, órgão ou entidade;

III – os membros de diretoria;

IV – os membros dos órgãos colegiados responsáveis por ato de gestão, definidos em lei, regulamento ou estatuto;

V – os membros dos conselhos de administração, deliberativo ou curador e fiscal;

VI – o encarregado do setor financeiro ou outro corresponsável por ato de gestão;

VII – o encarregado do almoxarifado ou do material em estoque;

VIII – o encarregado do depósito de mercadorias e bens apreendidos;

IX – os membros dos colegiados do órgão ou entidade gestora;

X – o profissional da área de contabilidade;

XI – os chefes de setor ou qualquer divisão organizacional;

XII – os gestores de contrato e engenheiros responsáveis por orçamento, contratos, obras, serviços ou fiscalização dos mesmos;

XIII – o controlador interno.

<sup>6</sup> Publicada no Diário Oficial n. 11.965, de 20-12-2016;

Processo TCE n.º 128.599 (Acórdão n. 11.869/2020/Plenário)

**d)** no curso do exercício, o **ORÇAMENTO INICIAL**, houve a abertura de créditos adicionais suplementares, bem como de anulações<sup>7</sup>, alterando a receita para 685.500,00 (seiscentos e oitenta e cinco mil e quinhentos reais);

**e)** quanto à **EXECUÇÃO**, cumpre destacar que os maiores gastos se deram em “despesas com pessoal” (82,91%). Conforme apurado pela área técnica, houve divergência nos valores recolhidos a título de contribuição previdenciária nos meses de julho e sobre o 13º salário, nos montantes de R\$ 11.916,66 (onze mil novecentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos) e R\$ 3.025,57 (três mil e vinte e cinco reais e cinquenta e sete centavos). Quanto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, não houve comprovação de seu recolhimento sobre o 13º salário e sobre esses apontamentos nada foi esclarecido pela ex-Gestora. Desse modo, considerando o diminuto valor, classifico a falha como ressalva, com fundamento no artigo 51, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.

Por fim, quanto à apontada divergência, que vem sendo apontada em diferentes prestações de contas, entendo que poderia ser confirmada ou não com a realização de auditoria na folha de pagamento das Unidades sob jurisdição desta Corte, não só da Câmara Municipal de Assis Brasil, especialmente quanto ao recolhimento da contribuição previdenciária e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, pelo que se mostra cabível a sugestão à Presidência desta Corte de Contas para análise quanto à inclusão de fiscalizações dessa natureza ou a modificação do Manual de Referência da Resolução n. 87/2013, com o acréscimo de demonstrativos acerca da regularidade dos recolhimentos já mencionados.

**f)** prosseguindo, pelo **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO** (fls. 102/103) verifica-se que do cotejo entre a receita realizada e a despesa executada, os seus valores foram coincidentes, no importe de R\$ 685.500,00 (seiscentos e oitenta e cinco mil e quinhentos reais);

**g)** no tocante ao **BALANÇO FINANCEIRO** (fl. 104), foi registrado que não há saldo

<sup>7</sup> Suplementações de R\$ 20.569,14 (vinte mil quinhentos e sessenta e nove reais e catorze centavos) e Anulações de R\$ 13.069,14 (treze mil sessenta e nove reais e catorze centavos);  
Processo TCE n.º 128.599 (Acórdão n. 11.869/2020/Plenário)



financeiro do exercício, o que foi confirmado pelo extrato bancário enviado<sup>8</sup>;

**h) o RESULTADO PATRIMONIAL** (fls. 105/107) do exercício demonstra que o patrimônio líquido permanece em R\$ 69.333,19 (sessenta e nove mil trezentos e trinta e três reais e dezenove centavos), ressaltando-se que não houve o registro contábil do saldo do almoxarifado (fls. 42/44) no Balanço Patrimonial e, ainda, não foi evidenciada a depreciação do ativo imobilizado, podendo as referidas falhas serem classificadas como ressalvas, considerando o previsto no artigo 51, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93;

**i) o GASTO COM A REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES** representou 1,58% (um vírgula cinquenta e oito por cento) da receita do Município, atendendo, assim, a regra contida no artigo 29, inciso VII, da CF/88;

**j) quanto ao LIMITE TOTAL DA DESPESA COM O PODER LEGISLATIVO**, não foi possível apurar, tendo em vista a ausência de informações acerca da receita do Município realizada no exercício anterior, já que não houve seu envio pelo ex-Gestor Municipal de Assis Brasil, impedindo verificar o cumprimento do previsto no artigo 29-A, inciso I, da Constituição da República<sup>9</sup>;

**k) a despesa total com a FOLHA DE PAGAMENTO DO PODER LEGISLATIVO**, no exercício em análise, correspondeu a 65,95% (sessenta e cinco vírgula noventa e cinco por cento) dos repasses efetuados, evidenciando que foi atendida a exigência do artigo 29-A, §1º, da CF/88, que limita em até 70% (setenta por cento) as despesas sob a mencionada rubrica<sup>10</sup>;

**l) quanto à DESPESA COM PESSOAL da CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS BRASIL** alcançou o percentual de 3,49% (três vírgula quarenta e nove por cento) da receita

<sup>8</sup> Conforme apontado pela área técnica à fl. 115, constava o saldo de R\$ 495,95 (quatrocentos e noventa e cinco reais e noventa e cinco centavos), que se referia a cheques emitidos e não compensados (fl. 11). Também foi encaminhado o extrato bancário do mês de janeiro/2018 (fls. 6/7), demonstrando a compensação dos valores.

<sup>9</sup> “Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente **realizado no exercício anterior**: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)” - Destaquei

<sup>10</sup> Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

§ 1º A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

Processo TCE n.º 128.599 (Acórdão n. 11.869/2020/Plenário)

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

corrente líquida do Município, atendendo, dessa forma, ao contido no artigo 20, inciso III, alínea “a”, da Lei Complementar Federal n. 101/2000;

**m)** no tocante aos **SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS**, pelo Decreto Legislativo n. 006, de 20 de outubro de 2016, o subsídio do Presidente da Câmara Municipal era de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais); dos 1º e 2º Secretários eram de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) e R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), respectivamente, e dos demais Vereadores perfazia o valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), tendo sido possível aferir o cumprimento do disposto no artigo 39, § 4º, da Constituição Federal.

Por oportuno, é pertinente ressaltar que pelas folhas de pagamento, os valores despendidos foram, respectivamente, de R\$ 3.000,00 (três mil reais), R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) e R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), não tendo a então Gestora apresentado esclarecimentos acerca da inconsistência detectada. Contudo, da leitura do mencionado Decreto acima, constante no SIPAC, verifica-se que em seu artigo 2º é prevista a possibilidade de redução dos mencionados subsídios de acordo com o orçamento disponível<sup>11</sup>, pelo que entendo não haver falha a ser apontada, uma vez que a Unidade demonstrou equilíbrio entre a receita realizada e a despesa executada;

**n)** no tocante às **LICITAÇÕES E CONTRATOS**, foram identificadas no Sistema Licon a inserção de contratações, realizadas por meio de dispensa de licitação, tendo sido detectada a ausência de avenças celebradas antes do exercício em análise, mas que vigiam no mencionado período, não constando no relatório técnico os mencionados contratos, sendo oportuno recomendar ao Gestor da Unidade a observância à Resolução-TCE/AC n. 97/2015, uma vez que é necessária a inclusão de todas as contratações realizadas, ainda que em exercícios anteriores. Quanto à responsabilização da Gestora, entendo que no exercício em análise, o primeiro de sua gestão, houve a observância à mencionada Resolução, pelo que entendo não haver

<sup>11</sup> Art. 2º Em caso de subsídio dos vereadores que trata o art. 1º desta Lei, limites estabelecidos pela legislação vigente, fica o Presidente da Câmara Municipal de Assis Brasil, autorizado a reduzir proporcionalmente os subsídios do Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário e demais Vereadores a valores que satisfaça, o orçamento do exercício financeiro.

Parágrafo único. Tão logo o comportamento da arrecadação municipal apresente evolução na receita fica o Presidente da Câmara Municipal de Assis Brasil, autorizado imediatamente a voltar a executar os valores estabelecidos nos incisos I, II, III, IV e V (...).

Processo TCE n.º 128.599 (Acórdão n. 11.869/2020/Plenário)



falha a ser apontada, até porque esta Corte tem penalizado apenas os gestores que deixam de incluir os procedimentos licitatórios e contratos por eles próprios realizados, o que não está configurado no presente caso;

**o)** quanto aos **DEMONSTRATIVOS DOS RECURSOS CONCEDIDOS, DAS OBRAS CONTRATADAS, DEMONSTRATIVO DOS SUPRIMENTOS DE FUNDOS<sup>12</sup> e DAS DIÁRIAS**, foram apresentados de acordo com o previsto nos itens VII a X, do Anexo V da 4ª edição do Manual de Referência da Resolução-TCE n. 87/2013;

**p)** por fim, quanto ao Parecer elaborado pelo Controle Interno, verifica-se ter sido observado o previsto no item XIII, do Anexo V, do Manual de Referência da Resolução-TCE n. 87/2013<sup>13</sup>.

**2.** Ante o exposto, **VOTO** pela:

**2.1 EMISSÃO** de acórdão julgando **REGULAR, COM RESSALVAS**, a prestação de contas da **CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS BRASIL**, relativa ao exercício de 2017, de responsabilidade de sua então Presidente, **SRA. GILDA ALMEIDA DA SILVA DAMASCENO**, nos termos do artigo 51, inciso II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, valendo como ressalvas: **2.1.1)** ausência de registro contábil do saldo de almoxarifado no Balanço Patrimonial, bem como de depreciação do ativo imobilizado e **2.2.2)** ausência de esclarecimentos quanto aos valores recolhidos a título de contribuição previdenciária e fundo de garantia do tempo de serviço no exercício;

**2.2 REMESSA** de cópia do apurado, após o trânsito em julgado, à PRESIDÊNCIA deste Tribunal de Contas, com a sugestão de realização de auditoria na folha de pagamento das Unidades sob jurisdição desta Corte, não só da Câmara Municipal de Assis Brasil, especialmente quanto ao recolhimento da contribuição previdenciária e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, ou a modificação do Manual de Referência da Resolução-TCE n. 87/2013, com o acréscimo de demonstrativos acerca da regularidade dos recolhimentos já mencionados, e

<sup>12</sup> Foi apresentado “nada consta”, de acordo com o estabelecido no § 3º do artigo 2º da Resolução-TCE n. 87/2013: “§ 3º Deverão ser apresentadas “Declaração de Nada Consta”, no caso da inexistência de qualquer dos itens exigidos nos Anexos de I a VIII do Manual de Referência e “Notas Explicativas” nos casos apontados no art. 11 desta Resolução;”

<sup>13</sup> XIII. Parecer sobre as contas da entidade, emitido pelo setor de controle interno, com a demonstração da ciência do gestor, abordando no mínimo os seguintes pontos: a. relatório da gestão financeira, patrimonial e orçamentária; b. descrição analítica das atividades e da execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual do ente, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e executadas; 32 c. certidão de auditoria, bem como a informação quanto a existência de qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada, indicando as medidas adotadas para corrigir as faltas encontradas;

Processo TCE n.º 128.599 (Acórdão n. 11.869/2020/Plenário)

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

**2.3 REMESSA** dos autos ao **ARQUIVO**, após as formalidades de estilo.

3. É como Voto.
4. Rio Branco, 14 de maio de 2020.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora